

Federação do Comércio de Bens, Serviços e  
Turismo de Santa Catarina

# PEIC

Pesquisa de Endividamento e  
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos  
Fecomércio SC  
Novembro de 2021

## **SUMÁRIO**

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| RESUMO .....                       | 1  |
| ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO .....     | 2  |
| ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO ..... | 9  |
| ANÁLISE NAS CIDADES .....          | 11 |
| METODOLOGIA.....                   | 15 |

## RESUMO

As famílias endividadas em Santa Catarina voltaram a retrair diante do mês anterior, após duas altas seguidas, ao encerrar novembro em 37,6%. Assim, a taxa se consolida no ciclo de mínimas históricas, situação que reflete a redução do consumo, cautela dos consumidores e equilíbrio do orçamento. No campo da inadimplência, o movimento de queda permanece e o índice alcança o menor patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2013, estimada em 5,5 %no mês.

O nível de endividamento baixo na comparação com os anos anteriores indica redução do consumo e por isso tem freado a retomada do comércio varejista catarinenses, com a retração nos volumes de vendas em agosto (10,30%) e setembro (3,6%) de 2021. Além disso, ocorre também queda no ritmo de crescimento no setor de serviços, que atingiu taxas em torno de 3% no primeiro semestre de 2021, mas no 3º trimestre o movimento é mais lento e gradativo, com crescimento mensal entre 0% e 0,5%.

Nota-se que a redução no endividamento e na taxa de inadimplência leva a um orçamento mais equilibrado ao analisar a percepção das famílias, pois o grupo de famílias muito endividadas é de apenas 3,5%, o menor da série. Por outro lado, há um risco na trajetória de crescimento da parcela de renda comprometida por dívida, que está no maior valor da série histórica, ao situar-se em 36,6%. Isso mostra que embora o número de famílias endividadas seja reduzido, o patamar sobre a renda é alto, aumentando o risco de inadimplência. Reforça essa situação o elevado número no (32,8%) grupo de entrevistados com comprometimento de renda acima de 50%.

## Famílias endividadas interrompe avanço e inadimplência alcança mínima histórica

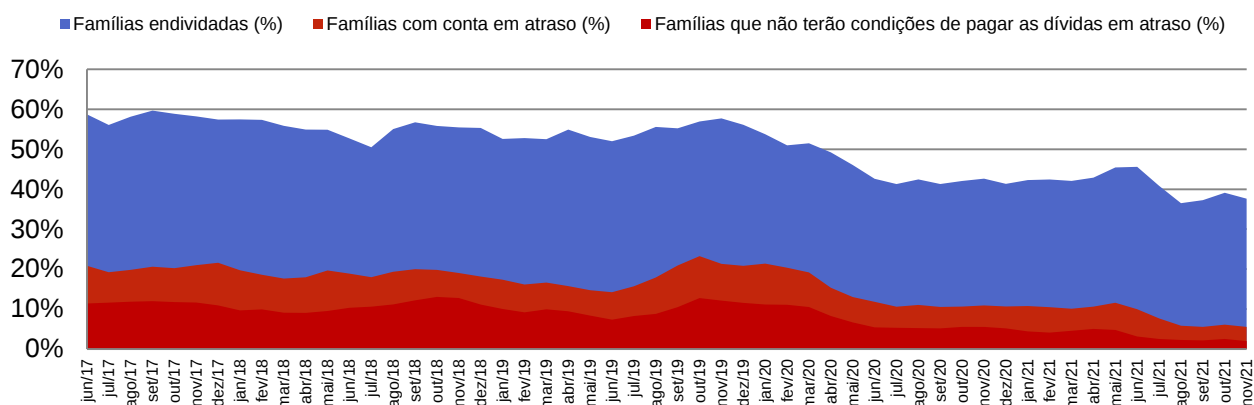
| Síntese dos resultados       |        |        |        |        |        |        |        |
|------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Situação da família          | Meses  |        |        |        |        |        |        |
|                              | nov/19 | nov/20 | jan/21 | mar/21 | ago/21 | out/21 | nov/21 |
| Total de endividadas         | 57,7%  | 42,6%  | 42,3%  | 42,1%  | 36,5%  | 39,1%  | 37,6%  |
| Dívidas ou contas em atraso  | 21,3%  | 10,9%  | 10,7%  | 10,1%  | 5,8%   | 6,1%   | 5,5%   |
| Não terão condições de pagar | 12,1%  | 5,5%   | 4,4%   | 4,6%   | 2,2%   | 2,5%   | 2,0%   |

## ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

O ciclo de mínimas históricas da taxa de endividamento das famílias catarinenses se mantém no segundo semestre do ano de 2021. Em agosto, o índice atingiu o menor patamar da série histórica (36,5%), iniciada em janeiro de 2013. Após essa data, esboçou movimento de retomada com duas altas seguidas, mas em novembro o índice voltou a retrain, queda de 1,5 pontos percentuais (p.p.) diante do mês anterior. Assim, as famílias endividadas de Santa Catarina alcançaram 37,6%, o terceiro menor resultado da série.

Ao comparar com novembro de 2019, período anterior à crise da pandemia, a diferença é mais acentuada, a redução é de 20,1 p.p. Naquele momento a taxa de endividamento era de 57,7%. Já, no comparativo com igual período do ano anterior, a trajetória de redução é mantida, queda de 5,0 p.p. Dessa forma, o movimento de cautela dos consumidores e de baixo consumo, conforme apontado na pesquisa Intenção de Consumo das Famílias Catarinenses (ICF) e na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) está refletindo no clico de baixo endividamento no Estado. Essa trajetória ocorre desde o início da crise sanitária no Estado. Em 2020, a média das famílias com dívidas alcançou 45,43%, resultado inferior ao da média de 2018 (55,2%) e 2019 (54,4%).

### Síntese dos resultados desde 2017



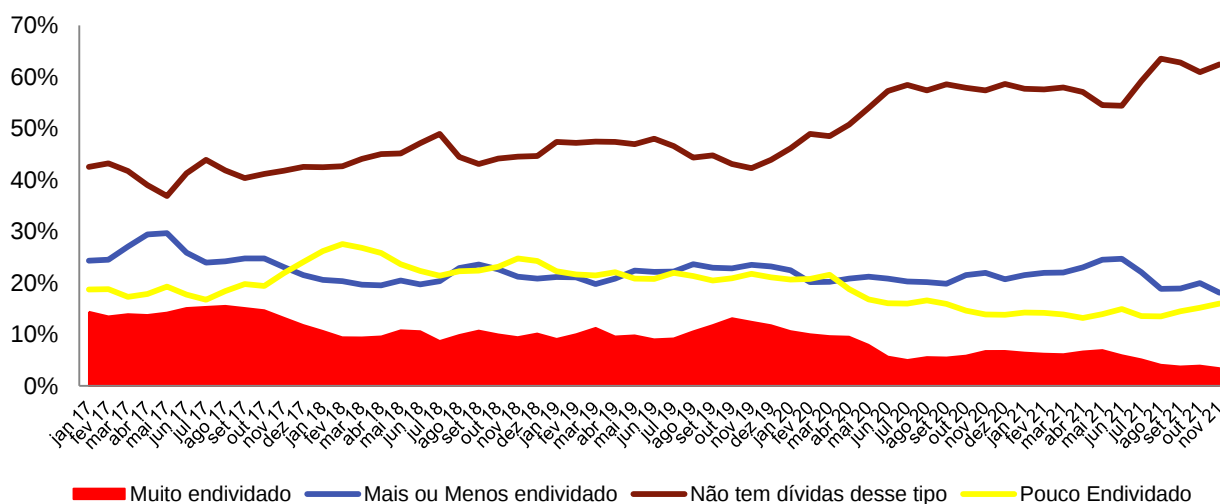
No âmbito da inadimplência, a taxa chegou à mínima histórica no mês de novembro ao reduzir 0,6 p.p. frente a outubro. As famílias catarinenses com contas em atraso foram 5,5%. Na comparação com igual período de 2019, a queda é bem expressiva e alcança 15,8 p.p., ou seja, o número de famílias inadimplentes hoje é três vezes menor. Ao analisar com novembro de 2020, a redução é de 5,4 p.p, assim, o resultado reforça o movimento de controle do orçamento familiar que ocorre desde 2020. Em caminho similar se encontram as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (2,0%) para o mês de novembro, queda de 0,5 p.p. diante do mês anterior.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar de endividados, sendo que as famílias com até 10 salários mínimos (SM) alcança o maior nível, assim, a proporção do endividamento chegou a 39,5% no mês, queda de 2,1 p.p na passagem mensal. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a taxa de endividamento foi de 30,5%, aumento de 0,4 p.p. frente ao mês anterior.

O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação ao crédito, a renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado.

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. Nota-se que o nível de endividamento está controlado e equilibrado, pois a percepção das famílias quanto às dívidas “Mais ou menos endividado” e “Muito Endividado” estão em trajetória de redução durante os últimos meses, enquanto, ganha espaço a percepção “pouco endividadas”.

### Percepção do nível de endividamento



No mês, as famílias que se encontram na categoria muito endividada apresentaram redução de 0,5 p.p, resultado que conduziu a categoria ao menor nível da série, ao situar-se em 3,47%, situação que tinha ocorrido apenas em abril de 2013, quando o índice chegou a de 3,69%. Ao comparar com a média dos anos anteriores, observam-se diferenças significativas (2017 -14,23%; 2018-9,97%; 2019-10,67% e 2020-7,44%).

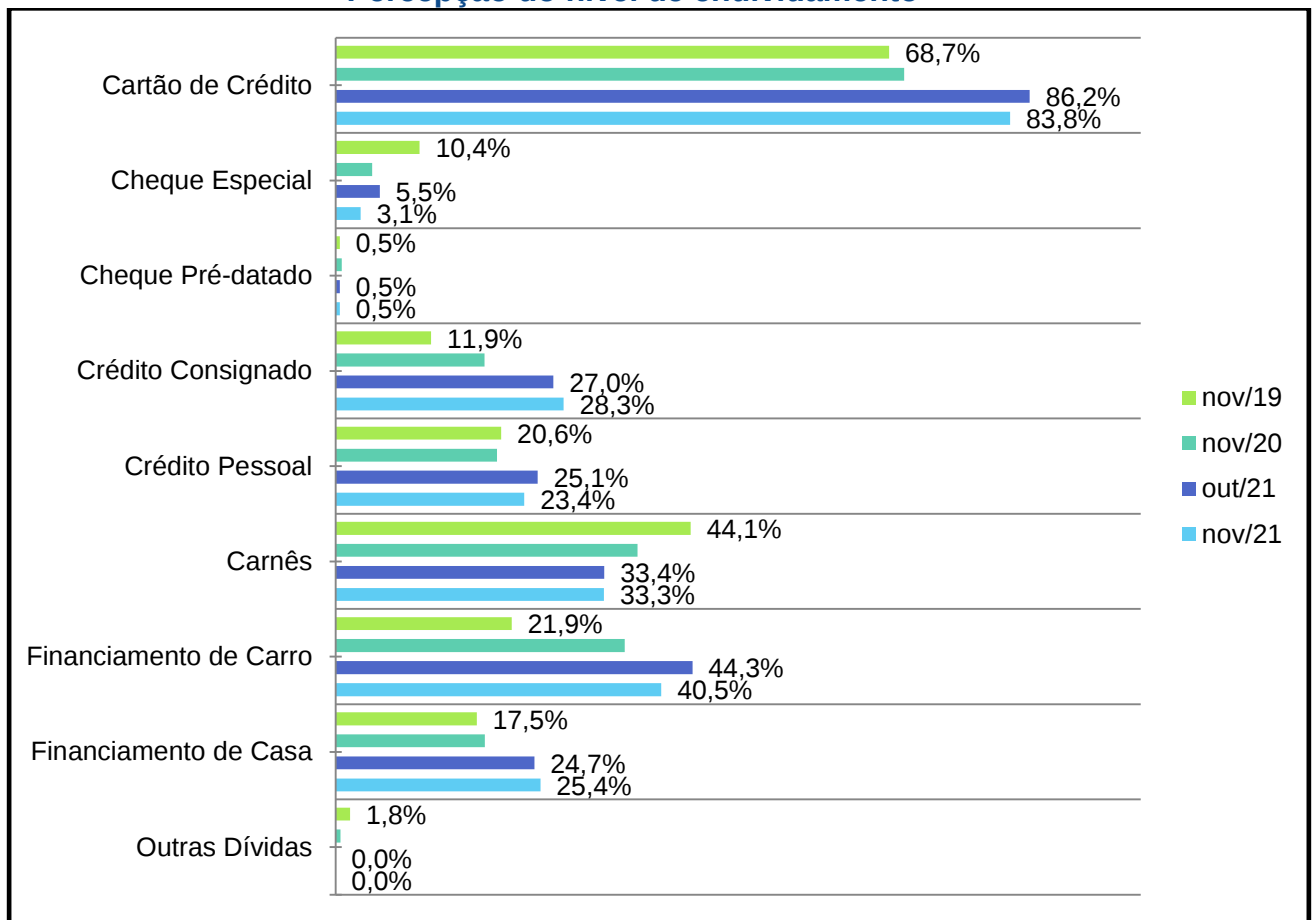
| Percepção do nível de endividamento |        |        |        |        |        |        |        |
|-------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Categoria                           | nov/19 | nov/20 | jan/21 | mar/21 | ago/21 | out/21 | nov/21 |
| Muito endividado                    | 12,5%  | 6,8%   | 6,5%   | 6,2%   | 4,1%   | 4,0%   | 3,5%   |
| Mais ou menos endividado            | 23,5%  | 22,0%  | 21,6%  | 22,0%  | 18,9%  | 20,0%  | 18,1%  |
| Pouco endividado                    | 21,7%  | 13,9%  | 14,3%  | 13,9%  | 13,5%  | 15,2%  | 16,0%  |
| Não tem dívidas desse tipo          | 42,3%  | 57,4%  | 57,7%  | 57,9%  | 63,5%  | 60,9%  | 62,4%  |
| Não sabe                            | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   |
| Não respondeu                       | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   | 0,0%   |

Para a percepção pouco endividada, o patamar do mês segue inferior à média dos anos anteriores (2018 -24,21%; 2019 – 21,3%; 2020 – 17,13%), ao atingir 16,0% em novembro, mas, apresenta movimento de crescimento desde agosto e alta de 0,8% na passagem do mês. Já o grupo de famílias mais ou menos endividadas caiu 1,8 p.p frente a outubro e alcançou 18,1% dos entrevistados.

Ao analisar os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se redução em quase todas as categorias pesquisadas diante do mês anterior, as exceções foram às altas do crédito consignado (+1,3 p.p) e no financiamento de casa (+0,8 p.p) e a estagnação no uso dos cartões.

O cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 83,8% dos endividados. Após atingir o maior nível histórico no mês anterior, houve redução de 2,4 p.p diante de outubro, entretanto, o resultado permanece sendo elevado e alcança o segundo maior nível da série. Em 2021, o patamar do endividamento pelo cartão de crédito está alcançando os maiores níveis desde 2013, média de 76,72% entre janeiro e novembro, superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019 e 71,8% - 2020). Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de rendas apresentam comportamentos distintos no mês, houve acréscimo frente ao mês anterior de 1,6 p.p no grupo de faixa maior (93,9% - maior da série) e de queda de 3,2 p.p na faixa menor (80,4% - 3º maior da série).

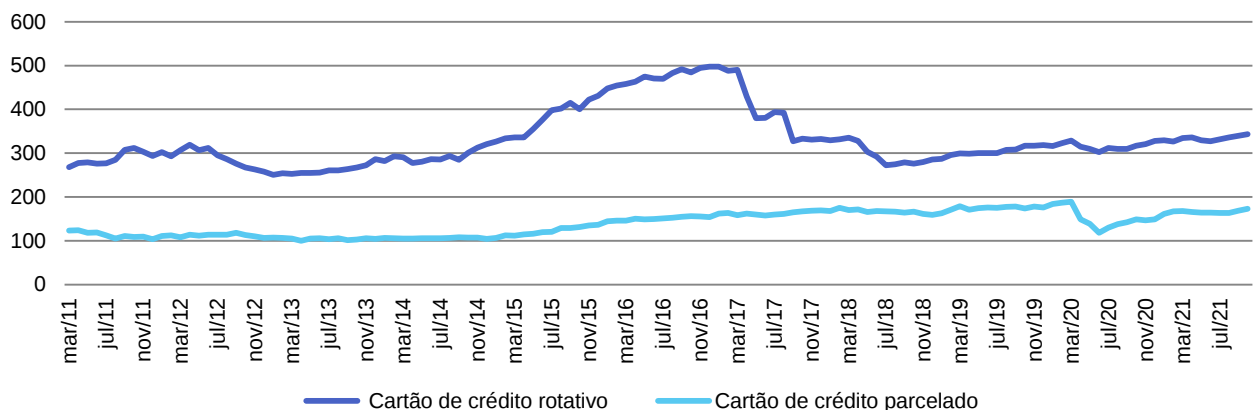
## Percepção do nível de endividamento



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

A alta desse tipo de dívida, por hora não refletiu na ampliação da inadimplência, mas é um sinal de alerta ao orçamento das famílias catarinenses, sobretudo, pela magnitude da taxa média do cartão de crédito rotativo e parcelado, que alcançou em outubro patamar de 349,55% a.a. e 172,63% a.a, respectivamente.

## Taxa média de juros do Cartão de crédito - Pessoas físicas (% a.a.)



O crédito consignado e o crédito pessoal apresentaram comportamentos divergentes no mês, mas ambos também estão em patamares elevados na comparação da série histórica. No caso do crédito consignado, chegou ao mês o maior valor da série histórica, e representa 28,32% das dívidas dos entrevistados, enquanto, o crédito pessoal, mesmo com a queda, o valor é o segundo mais alto (23,4%). Assim, é possível inferir que as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra devido à redução do poder de compra causado pela aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial.

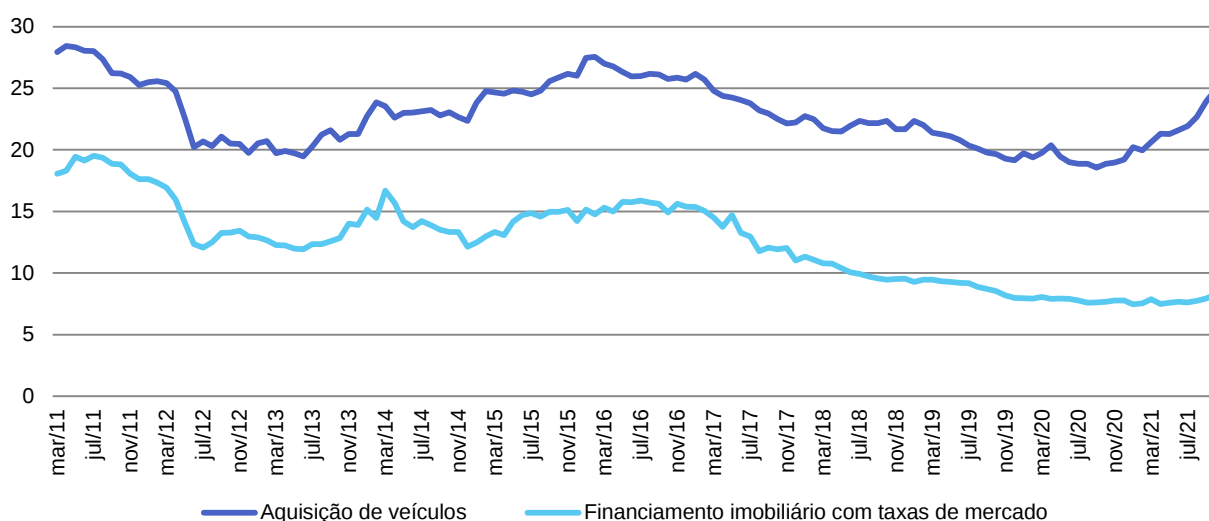
Já a utilização do cartão de crédito, a terceira dívida mais citada pelos entrevistados no mês, ficou estável frente ao mês anterior, entretanto, nota-se movimento oposto ao cartão de crédito, crédito consignado e crédito pessoal, ao alcançar 33,4% dos entrevistados, o resultado é inferior à média dos anos anteriores (2020 - 40,79%; 2019 - 45,01%; 2018 - 41,10%).

Com maior liquidez e juros relativamente baixos, o financiamento de carros e de casas permanece em níveis maiores que a média dos anos anteriores. O financiamento de carros foi a segunda categoria mais citada em novembro ao atingir 40,5% dos entrevistados com dívida, embora tenha caído 3,9 p.p, o resultado superior à média relativa aos anos de 2020 (33,02%), 2019 (26,05%), 2018 (27,88%), 2016 (30,62%) e o 6º mais elevado da série.

Ainda, o financiamento de casa avançou 0,8 p.p. na passagem do mês, atingiu 25,45% dos entrevistados. O resultado mantém-se em níveis elevados ao comparar com os anos anteriores (média em 2018 foi de 20,68%, 2019 de 18,99% e 2020 de 18,06%), além disso, renovou a máxima da série histórica no mês. Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 7,75%, resultando no aumento do custo de captação das instituições financeiras que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de cobradas pelos bancos levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo para esses itens para evitar taxas de juros maiores.

A taxa média de juros das operações de crédito para pessoas físicas no financiamento imobiliário com taxas de mercado alcança em média entre janeiro e outubro de 2021, 7,71% ao ano, valor inferior aos resultados médios de 2020 (7,8%) e 2019 (9,0%), mas já é possível perceber elevação durante esse período, já que a taxa passou de 7,45% a.a. em janeiro para 8,23% a.a. em outubro. Da mesma forma, o movimento de alta ocorreu na taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres para aquisição de veículos, que chegou a 24,81% a.a. em outubro, alta de 4,6 p.p. diante de janeiro (20,21% a.a.) O Cheque pré-datado, Cheque especial e Outras Dívidas continuam sendo as fontes menos usadas.

## Taxa média de juros de operações de crédito- Pessoas físicas (% a.a.)

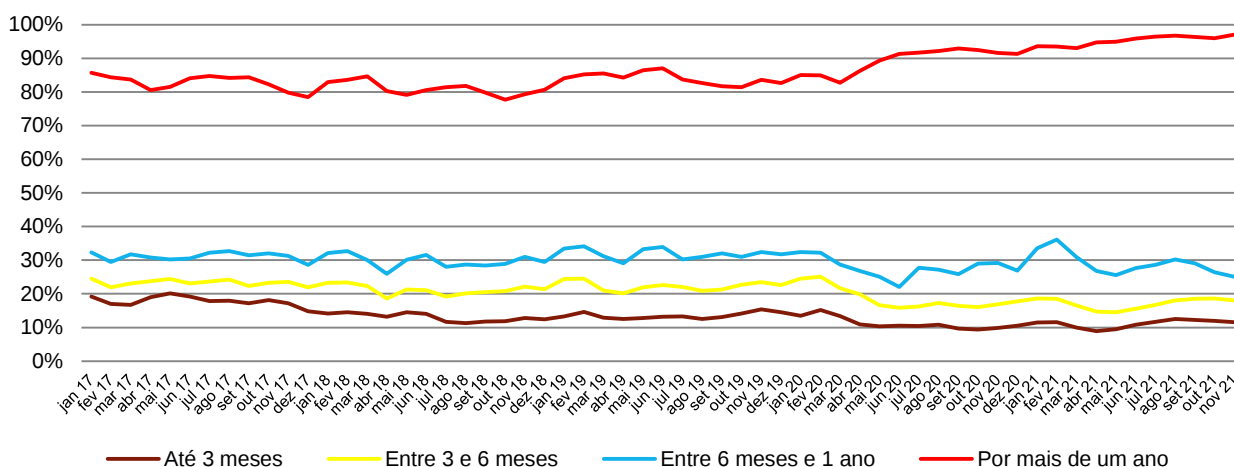


O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,9 meses em média em outubro, resultado similar ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo. O mês renova máxima histórica para o comprometimento acima de 1 ano, ao representar 71,9% dos entrevistados, diante dos 69,6% de outubro e 67,3% em setembro, por isso, permanece sendo o perfil da maioria dos entrevistados, inclusive esse patamar é superior aos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%).

| Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados) | out/21     |              |                  | nov/21      |              |                  |
|-------------------------------------------------------------|------------|--------------|------------------|-------------|--------------|------------------|
|                                                             | total - %  | até 10sm - % | mais de 10sm - % | total - %   | até 10sm - % | mais de 10sm - % |
| <b>até 3 meses</b>                                          | 12,0%      | 11,0%        | 20,3%            | 11,6%       | 10,1%        | 21,7%            |
| <b>entre 3 e 6 meses</b>                                    | 6,6%       | 7,2%         | 4,2%             | 6,4%        | 6,8%         | 4,6%             |
| <b>entre 6 meses e 1 ano</b>                                | 7,8%       | 8,4%         | 6,6%             | 7,1%        | 8,4%         | 3,3%             |
| <b>por mais de um ano</b>                                   | 69,6%      | 68,6%        | 67,4%            | 71,9%       | 70,7%        | 70,5%            |
| <b>Não sabe / Não respondeu</b>                             | 4,0%       | 4,8%         | 1,5%             | 3,0%        | 4,0%         | 0,0%             |
| <b>Tempo médio em meses</b>                                 | <b>9,9</b> | <b>10,0</b>  | <b>9,3</b>       | <b>10,0</b> | <b>10,1</b>  | <b>9,3</b>       |

Nota-se que essa ampliação pode estar relacionada às modalidades de financiamento de carro e imóveis que se configuram em patamares elevados. Nesse ponto, por mais que os dados indiquem que a nível de endividamento seja equilibrado, dívidas de longo prazo exigem maior controle orçamentário das famílias, especialmente, necessidade de reservas de emergenciais, para conter eventuais situações.

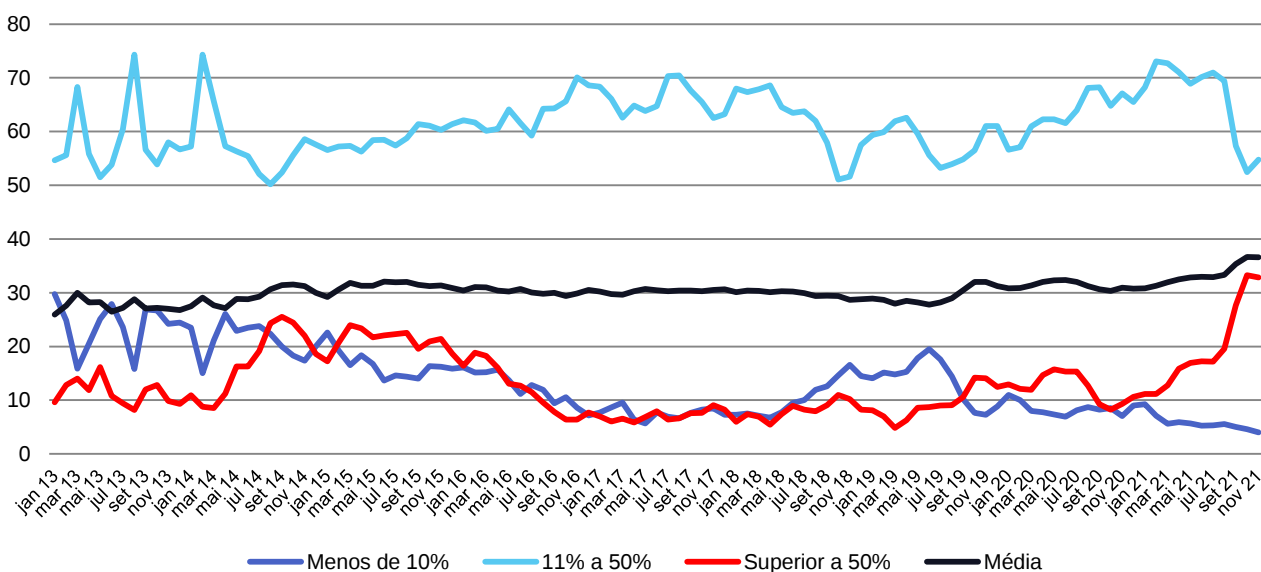
### Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



Para o agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida, houve redução de 0,4 p.p, terceira queda seguida. No comparativo com a média dos anos anteriores o resultado é inferior (2018 -13,03%; 2019 – 13,53%), mas nota-se que esse patamar é significativo, ao atingir 12,0% dos entrevistados. Outro ponto de destaque é a redução para o grupo entre 6 meses e 1 ano, que iniciou o ano em 14,92% e reduziu para 7,09%.

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas está em trajetória de crescimento durante o ano de 2021, apesar de ficar estável na passagem do mês, assim o índice permanece no maior patamar desde o início da série histórica (janeiro de 2013), ao situar-se em 36,6%. Esse resultado é superior à média dos anos anteriores (2020 foi de 31,31%; 2019 foi de 29,4%; 2018 foi de 29,7%).

### Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, nota-se tendência de crescimento, segundo os entrevistados, para o comprometimento de renda acima de 50% desde dezembro de 2020, muito embora tenha reduzido a passagem do mês com 0,4 p.p, alcançando 32,8% dos entrevistados. Com esse resultado, o grupo acima de 50% de renda comprometida é o segundo maior da série e supera de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (2020 foi de 12,3%; 2019 foram de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Ainda, 52,4% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível equivalente para as faixas de renda abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

## ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, voltou a reduzir, passando de 6,1% para 5,5%, após ampliar 0,56 p.p em outubro. Assim, a taxa retornou ao menor nível da série histórica. Desde o início da pandemia, esse indicador apresenta tendência de redução na comparação com os anos anteriores. No ano, a média da inadimplência é de 8,45%, resultado inferior à média dos anos anteriores (13,77% em 2020, 17,88% em 2019, 18,87% em 2018, 20,32% em 2017). A melhora dessas percepções pode ser atribuída à medida de manutenção de emprego e renda, o auxílio emergencial e as ações do sistema financeiro. Em relatório de estabilidade financeira, divulgado pelo Banco Central do Brasil, indica que as instituições financeiras estão controlando a inadimplência com base em “massivas campanhas de prorrogação e renegociação de dívidas e pela maior seletividade nas novas operações”.

| Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso) | out/21      |               |                   | nov/21      |               |                   |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------|-------------------|-------------|---------------|-------------------|
|                                                                                      | total - %   | até 10 sm - % | mais de 10 sm - % | total - %   | até 10 sm - % | mais de 10 sm - % |
| <b>sim, totalmente</b>                                                               | 39,7%       | 40,3%         | 50,4%             | 47,4%       | 48,2%         | 64,0%             |
| <b>sim, em parte</b>                                                                 | 19,2%       | 18,4%         | 12,6%             | 17,0%       | 16,2%         | 27,0%             |
| <b>não terá condições de pagar</b>                                                   | 41,1%       | 41,3%         | 37,0%             | 35,6%       | 35,7%         | 9,0%              |
| <b>não sabe</b>                                                                      | 0,0%        | 0,0%          | 0,0%              | 0,0%        | 0,0%          | 0,0%              |
| <b>Não respondeu</b>                                                                 | 0,0%        | 0,0%          | 0,0%              | 0,0%        | 0,0%          | 0,0%              |
| <b>Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)</b>                      | <b>2,5%</b> | <b>3,2%</b>   | <b>0,5%</b>       | <b>2,0%</b> | <b>2,4%</b>   | <b>0,1%</b>       |

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 6,9% dos entrevistados desse grupo de renda, queda de 0,9 p.p diante do mês anterior. Do outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 1,7%, crescimento de 0,4 p.p em relação a setembro.

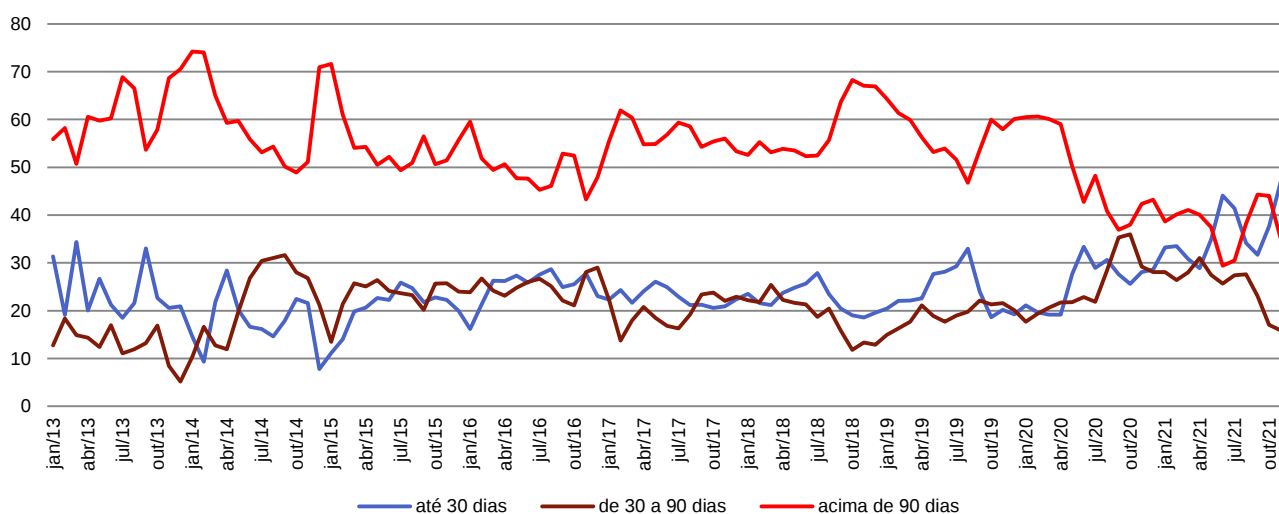
Em sentido equivalente, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas diminuiu na passagem do mês, passando de 2,5% para 2,0%, o resultado o menor da série histórica.

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, a média se reduziu de 69,4 dias em março de 2020 para 49,22 dias em novembro de 2021. Essa tendência segue na passagem do mês, pois houve queda de 7,0 dias diante do mês anterior, por isso, seguindo tendência dos dados anteriores, o resultado é o menor da série histórica e reflete a maior equilíbrio do orçamento das famílias.

| Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso) | out/21    |               |                   | nov/21    |               |                   |
|------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------|-------------------|-----------|---------------|-------------------|
|                                                                        | total - % | até 10 sm - % | mais de 10 sm - % | total - % | até 10 sm - % | mais de 10 sm - % |
| <b>até 30 dias</b>                                                     | 37,7%     | 39,1%         | 37,8%             | 46,9%     | 42,4%         | 64,0%             |
| <b>de 30 a 90 dias</b>                                                 | 17,0%     | 18,5%         | 12,6%             | 15,9%     | 16,7%         | 18,0%             |
| <b>acima de 90 dias</b>                                                | 44,0%     | 40,7%         | 49,6%             | 35,2%     | 38,2%         | 18,0%             |
| <b>Não sabe / Não respondeu</b>                                        | 1,3%      | 1,7%          | 0,0%              | 2,0%      | 2,6%          | 0,0%              |
| <b>Tempo médio em dias</b>                                             | 56,2      | 54,5          | 57,9              | 49,2      | 52,2          | 36,6              |

Esse novo contexto do tempo médio em atraso é notado no movimento de redução do grupo de inadimplentes acima de 90 dias, que foi preponderante desde o início da série histórica até o mês de julho de 2021, condição revertida para maior parte dos consumidores no grupo de até 30 dias.

**Percentual do Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso) – (%)**



Em novembro, essa modificação permanece já que 46,91% das famílias que estão com dívidas em atraso de até 30 dias e 35,2% acima de 90 dias. Além disso, existe uma diferença considerável na dinâmica entre as faixas de renda até o mês anterior, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (36,6 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 52,2 dias.

## ANÁLISE NAS CIDADES

O número de famílias endividadas, ao analisar as cidades pesquisadas, também apresentou viés de redução conforme observado ao nível estadual de maneira homogênea em três cidades, exceto em Florianópolis, que aumentou 3,9 p.p. A maior queda na passagem do mês foi em Joinville (-4,9 p.p), seguida de Blumenau (- 2,7 p.p). Já no âmbito da quantidade de endividados, há patamares distintos nas cidades, sendo Florianópolis a com maior nível, chegando a 58,9%, resultado superior ao nível estadual. No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é similar ao comportamento das famílias endividadas, com queda apenas em Florianópolis (0,9 p.p). Nota-se, que Florianópolis permanece sendo a que apresenta o maior índice de inadimplência (15,3%), resultado equivalente aos demais meses anteriores.

| Situação das Famílias        | Novembro |         |           |               |
|------------------------------|----------|---------|-----------|---------------|
|                              | Blumenau | Chapecó | Joinville | Florianópolis |
| Total de endividadas         | 28,3%    | 32,8%   | 27,9%     | 58,9%         |
| Dívidas ou contas em atraso  | 2,5%     | 2,9%    | 3,2%      | 15,3%         |
| Não terão condições de pagar | 0,9%     | 1,4%    | 0,9%      | 5,5%          |

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, apresentou movimento de queda na passagem do mês em todas as cidades pesquisadas. Além disso, nota-se que a cidade de Florianópolis, destoa das demais, ao concentrar 41,5% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”, assim, muito embora o nível de endividamento seja elevado no município, a dívida dessas famílias demonstram estar sob controle e equilíbrio. Já, nas demais cidades da pesquisa, o perfil das famílias endividadas está concentrado no grupo “mais ou menos endividado”.

| Nível de endividamento     | Novembro |         |           |               |
|----------------------------|----------|---------|-----------|---------------|
|                            | Blumenau | Chapecó | Joinville | Florianópolis |
| Muito endividadas          | 2,0%     | 6,4%    | 2,4%      | 4,7%          |
| Mais ou menos endividado   | 17,6%    | 25,9%   | 20,2%     | 12,8%         |
| Pouco endividado           | 8,7%     | 0,6%    | 5,3%      | 41,5%         |
| Não tem dívidas desse tipo | 71,7%    | 67,2%   | 72,1%     | 41,1%         |
| Não sabe                   | 0,0%     | 0,0%    | 0,0%      | 0,0%          |
| Não respondeu              | 0,0%     | 0,0%    | 0,0%      | 0,0%          |

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Entretanto, houve divergência na variação entre as cidades, com altas em Chapecó (+2,1 p.p) e Florianópolis (+1,1 p.p) e quedas em Blumenau (-4,8 p.p) e Joinville (-5,4 p.p). Quanto ao financiamento de carro e de casa, muito embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades, houve cenários distintos nos municípios. O mês foi marcado pela alta no financiamento de casas, especialmente para Chapecó (+ 0,2 p.p) e Joinville (+5,6 p.p), movimento que também ocorreu no mês anterior. Do lado do financiamento de carros, houve queda em três cidades pesquisadas, com destaque para Chapecó (12,2 p.p) e a única alta foi para Chapecó (+4,5 p.p).

| Tipo de dívida         | Novembro |         |           |               |
|------------------------|----------|---------|-----------|---------------|
|                        | Blumenau | Chapecó | Joinville | Florianópolis |
| Cartão de crédito      | 89,27%   | 78,07%  | 81,59%    | 84,17%        |
| Cheque especial        | 5,54%    | 1,46%   | 1,45%     | 3,77%         |
| Cheque pré-datado      | 1,11%    | 0,00%   | 0,73%     | 0,00%         |
| Crédito consignado     | 31,77%   | 72,89%  | 29,07%    | 5,01%         |
| Crédito pessoal        | 38,50%   | 29,02%  | 27,09%    | 3,94%         |
| Carnês                 | 30,32%   | 32,17%  | 32,74%    | 37,09%        |
| Financiamento de carro | 48,22%   | 59,06%  | 55,62%    | 8,01%         |
| Financiamento de casa  | 28,20%   | 28,58%  | 33,74%    | 12,05%        |
| Outras dívidas         | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%     | 0,00%         |
| Não sabe               | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%     | 0,00%         |
| Não respondeu          | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%     | 0,00%         |

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios, a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano”, exceto para Florianópolis, concentrando cerca de 80% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na

escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (36,51%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos quatro meses de 2021, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,2 meses.

| Novembro                                                    |             |             |             |               |
|-------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados) | Blumenau    | Chapecó     | Joinville   | Florianópolis |
| Até 3 meses                                                 | 2,21%       | 0,00%       | 1,49%       | 36,51%        |
| Entre 3 e 6 meses                                           | 0,00%       | 0,00%       | 0,77%       | 21,19%        |
| Entre 6 meses e 1 ano                                       | 5,54%       | 0,00%       | 6,91%       | 11,72%        |
| Por mais de um ano                                          | 88,93%      | 95,61%      | 86,23%      | 30,29%        |
| Não sabe / Não respondeu                                    | 3,32%       | 4,39%       | 4,60%       | 0,29%         |
| <b>Tempo médio em meses</b>                                 | <b>11,6</b> | <b>12,0</b> | <b>11,6</b> | <b>6,2</b>    |

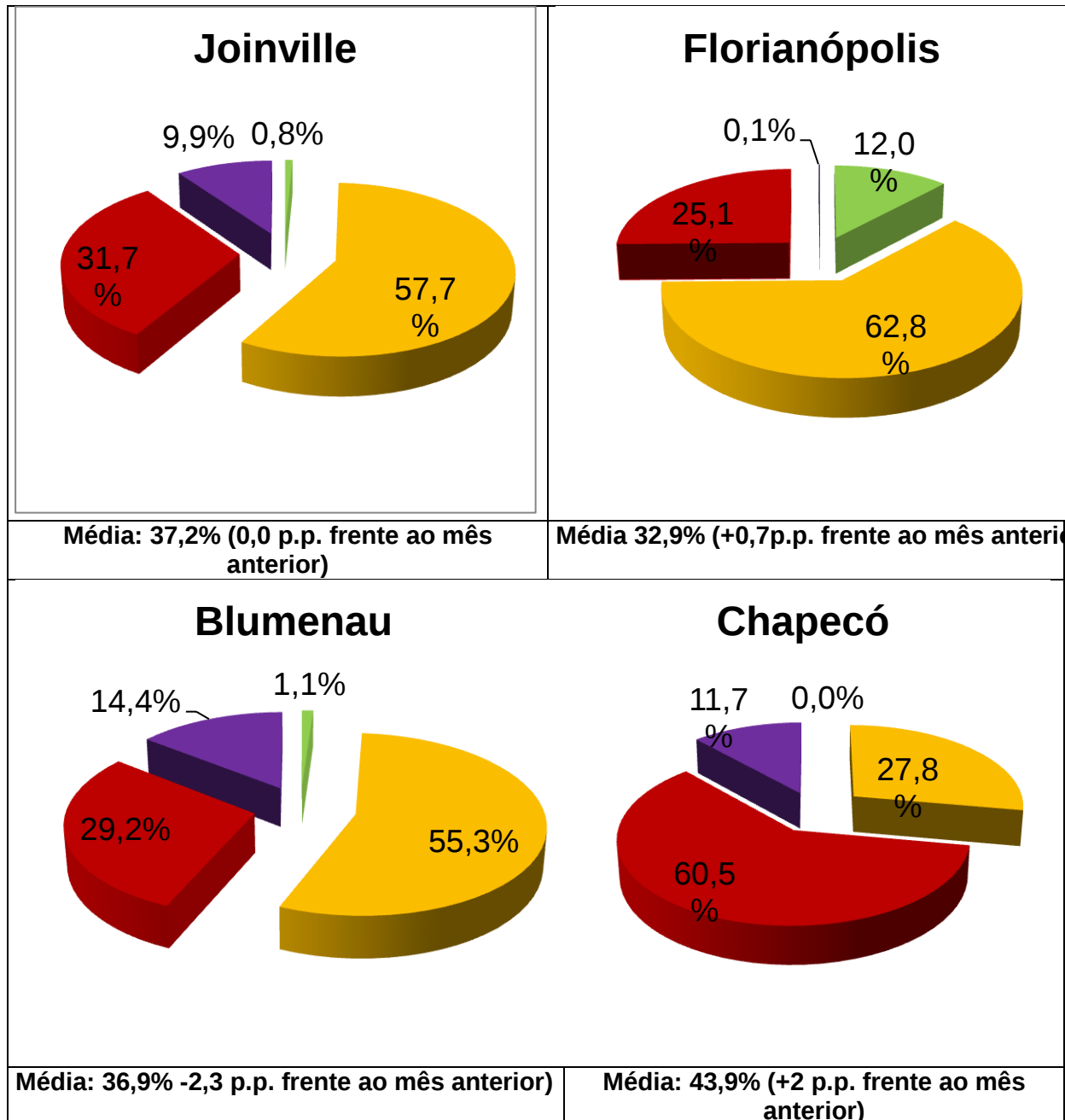
A desagregação dos dados relacionados à inadimplência demonstra movimentos divergentes por cidade. No mês passado, a cidade de Chapecó tinha ultrapassado Florianópolis como a cidade de maior tempo médio de atraso, situação que foi revertida no mês de novembro, com a queda de 11,7 dias para Chapecó e a Alta de 1,9 dias para Florianópolis. Ainda, no mês nota-se redução na cidade de Joinville, que passou de 59,2 para 37,9 dias, queda de 21,3 dias na passagem do mês.

| Novembro                                                               |             |             |             |               |
|------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso) | Blumenau    | Chapecó     | Joinville   | Florianópolis |
| Até 30 dias                                                            | 50,00%      | 50,00%      | 61,25%      | 26,18%        |
| De 30 a 90 dias                                                        | 12,50%      | 0,00%       | 11,07%      | 31,47%        |
| Acima de 90 dias                                                       | 37,50%      | 50,00%      | 22,14%      | 41,87%        |
| Não sabe / Não respondeu                                               | 0,00%       | 0,00%       | 5,54%       | 0,47%         |
| <b>Tempo médio em dias</b>                                             | <b>48,8</b> | <b>52,5</b> | <b>37,9</b> | <b>60,8</b>   |

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que avançou em nível estadual e renovou a máxima histórica, apresentou movimento equivalente em duas cidades analisadas, com destaque de maior intensidade de alta em Chapecó (+2,0 p.p.). Somente, a cidade de Blumenau apresentou queda de 2,3 p.p na média de renda comprometida com dívida e a cidade de Joinville permaneceu estável.

### Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda em três cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (60,5%, alta de 7,3 p.p. diante do mês anterior).

## METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.